

**INFORMATIVO**



**O TUIUTI**

**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE  
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)  
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -  
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

**370 anos da Segunda Batalha dos Guararapes - 230 anos da Inconfidência Mineira  
130 anos da Proclamação da República - 120 anos da Revolução Acreana**

**ANO 2019**

**Outubro**

**Nº 330**

## A Armadilha de Tucídides

[Marcus Piffer](#)

*O aumento do poder de Atenas e o medo que isso causou em Lacedemon (Lacedemônia=Esparta) tornou a guerra inevitável.*

**N**as últimas semanas, a todo momento nos deparamos na imprensa ocidental com artigos sobre a "armadilha de Tucídides", expressão popularizada por Graham Allison em 2012 e extraída de uma passagem da "História da Guerra do Peloponeso", da autoria do próprio Tucídides.

A "armadilha" fica caracterizada quando o crescimento do poder de uma potência emergente passa a ameaçar os interesses da potência hegemônica, a ponto de causar uma guerra.

No antigo mundo grego, foi Atenas que ameaçou Esparta. No fim do século 19 e começo do século 20, a Alemanha desafiou a Grã-Bretanha. Hoje, uma China em ascensão está potencialmente desafiando os Estados Unidos ([www.bbc.com/portuguese/internacional-47792909](http://www.bbc.com/portuguese/internacional-47792909)).

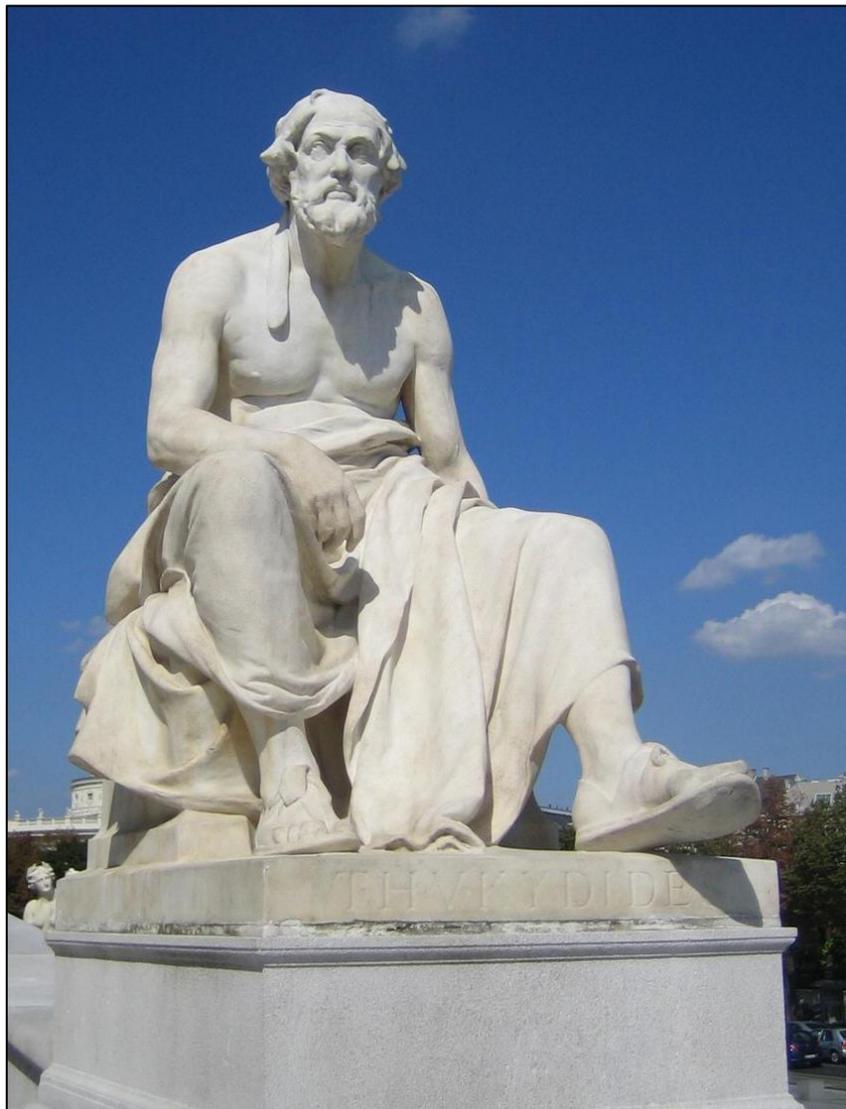
A rivalidade entre Washington e Pequim é, segundo ele, "a característica que define as relações internacionais atuais e no futuro próximo". Então, perguntar se Estados Unidos e a China conseguirão evitar a armadilha de Tucídides não é uma questão meramente acadêmica. A armadilha rapidamente se tornou um grande prisma analítico através do qual se pode ver a competição entre Washington e Pequim (Idem).

**Nota:** Lacedêmon, na mitologia grega, era filho de Júpiter e Taígete. Casou-se com a princesa Esparta, filha de Eurotas, rei da região-sul do Peloponeso. O casal Lacedêmon e Esparta gerou os filhos Amiclas, Eurídice, Hímero e Asine. Após a morte do sogro Lacedêmon herdou o reino, dando a este o seu nome e o nome da esposa à capital, depois cidade-estado (Dic. de Mitol. Greco-Romana. SP: Abril Cult., 1973).

*Melhor morrer de pé que viver de joelhos (Cerco de Massada, 74 D.C.)*



A Marinha chinesa está se tornando maior, mais forte e mais sofisticada



Estátua de Tucídides em frente ao parlamento austríaco. Foto: Wienwiki /Walter Maderbacher

## O BRASIL E A LEI DE NEWTON

Sérgio Pinto Monteiro\*

*“Para toda ação, existe uma reação de mesmo valor, mesma direção e sentido oposto”*

(3ª Lei de Newton)

**A**o analisar o atual cenário brasileiro, a condição de velho professor conduziu-me a essas breves reflexões sobre o tema “ações e reações”. Após a decisão “legislativa” do STF, estabelecendo que, nas considerações finais, o réu delatado poderá sempre se manifestar após o réu delator, estamos presenciando uma avalanche de manifestações contrárias, oriundas dos mais variados segmentos da sociedade. Não discuto a correção da tese, fundamentada, doutrinariamente, em preceito constitucional, embora, a meu critério, a inexistência de uma norma legal determinante induza à necessidade de sua criação pelo Poder Legislativo, cuja eficácia se daria a partir da respectiva publicação, sem retroatividade.

O STF de há muito vem sendo criticado por algumas de suas posições, entre as quais, vale lembrar, o inusitado de várias decisões “monocráticas” em benefício de condenados - via de regra por corrupção - favorecendo, na repercussão geral, agentes do crime organizado e outros delinquentes. Também, com grande carga negativa, há uma intensa rejeição à demora na apreciação de denúncias - e eventuais julgamentos - de autoridades com foro privilegiado, levando, por vezes, à prescrição dos crimes cometidos. Nos últimos anos há, portanto, todo um vasto cortejo de críticas quanto à atuação do STF.

A recente decisão da suprema corte “criando” uma norma legal inexistente na legislação infraconstitucional, para garantir ao delatado o direito a uma manifestação posterior à do delator, sendo ambos réus, poderá, caso mantida sem modulações adequadas, repercutir em centenas de condenações, levando-as a uma insensata, inconsequente e irresponsável nulidade.

É notório o enorme clamor da sociedade contra essa medida. Assim o demonstram parcela expressiva da mídia e os protestos de inúmeras e relevantes instituições, ao lado da quase unanimidade das manifestações nas redes sociais. Via de consequência, além da forte insegurança jurídica gerada pela decisão em tela, criou-se um compreensível clima de revolta na população, que ameaça a estabilidade das nossas instituições, com graves repercussões na vida nacional. São incontáveis as manifestações de inconformismo, oriundos de quase todos os segmentos da sociedade. Para muitos brasileiros, o STF é um vilão da Pátria, tendo como cúmplice o Senado da República, que não acolhe as denúncias já apresentadas contra seus ministros.

Diante desse contexto, espera-se que as forças vivas e patrióticas da nação se unam contra essa decisão, ainda passível de ajustes corretivos e/ou atenuantes, eis que a votação do pleno do STF ainda não foi concluída. A hora é de pressionar os ministros, democrática, legal e legitimamente. Alguns deles, reconhecidamente pouco comprometidos com a defesa das verdadeiras instituições democráticas e do legítimo estado de direito. A esses, nos cabe, apenas, expressar o nosso mais veemente repúdio. Outros, entretanto, revelam-se competentes na preservação da ordem constitucional e, portanto, passíveis de se sensibilizarem com o desastre que seria a manutenção pura e simples da decisão, já majoritária, mas ainda não definitiva.

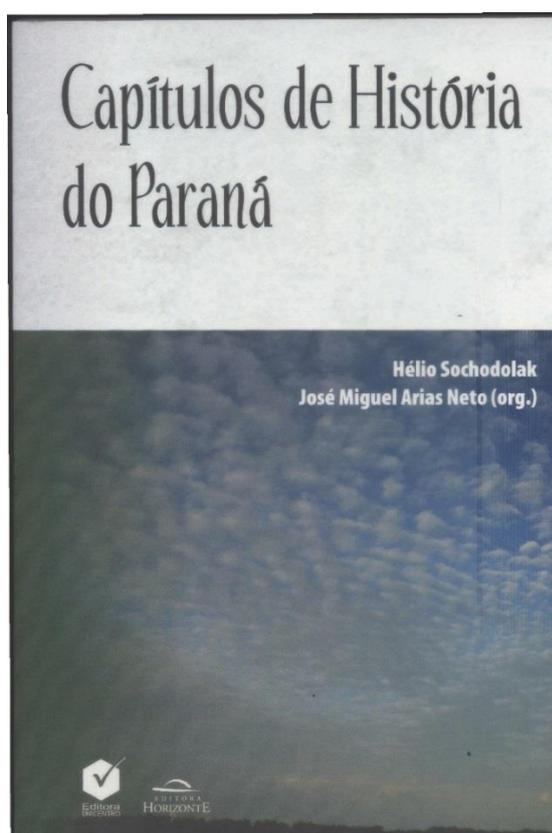
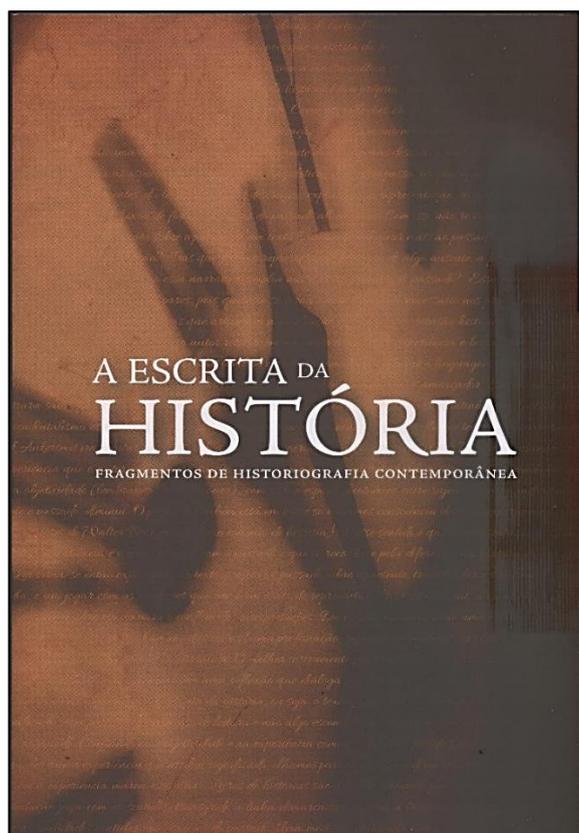
A hora, portanto, diante da AÇÃO deletéria em andamento, é de REAÇÃO, conforme os ensinamentos newtonianos. Unidos, os verdadeiros brasileiros, patriotas de ontem e de hoje, somos imbatíveis. Vamos à luta, sem tréguas ou vacilações. O Brasil precisa que cada um cumpra

com o seu dever. As futuras gerações não nos perdoarão se lhes outorgarmos um país dominado pelos vampiros da Pátria. BRASIL, ACIMA DE TUDO.

*\*o autor é historiador, professor e oficial da reserva do Exército. É membro da Academia Brasileira de Defesa, da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e do Instituto Histórico de Petrópolis. É patrono, fundador e ex-presidente do Conselho Nacional de Oficiais da Reserva. É presidente do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Veteranos da FEB. É autor do livro "O Resgate do Tenente Apollo" (CNOR 2005). O presente texto é de responsabilidade exclusiva do autor.*



### Livros recebidos por doação



As obras estão à disposição dos integrantes da AHIMTB/RS.

**Acesse o novo texto do escritor Cláudio Frederico Vogt O MUNDO DOS TEUS OLHOS pelo [www.escriptorcfvogt.blogspot.com.br](http://www.escriptorcfvogt.blogspot.com.br)**

**ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO** - Cmt 3ª RM 1939-1942 (CPDOC/FGV)

**E**stevão Leitão de Carvalho nasceu em Penedo (AL) no dia 6 de abril de 1881, filho de Francisco Leitão de Carvalho, português, e de Maria Cerqueira Leitão de Carvalho, brasileira.

Fez os estudos preparatórios no Colégio Carneiro, em Salvador, e ingressou em 1898 na Escola Preparatória e de Tática do Realengo, no Rio de Janeiro (então Distrito Federal). Prosseguiu os estudos na Escola Militar da Praia Vermelha, ainda no Rio, onde fez o curso das três armas. Promovido a alferes-aluno em 1903, foi incorporado à arma de infantaria e matriculou-se em 1904 no curso geral da Escola Militar.

Em novembro desse mesmo ano, recusou-se a participar do levante dos cadetes da escola, contrários ao presidente Rodrigues Alves e ao decreto do governo que determinava a vacinação obrigatória. Comunicou sua decisão aos colegas rebeldes e apresentou-se às autoridades para auxiliar no restabelecimento da ordem.

Promovido a segundo-tenente em março de 1907, concluiu o curso da Escola de Artilharia e Engenharia do Realengo em abril do mesmo ano, e, em fevereiro de 1908, diplomou-se engenheiro militar e bacharel em ciências físicas e matemáticas. Trabalhou em seguida na comissão construtora de quartéis de Mato Grosso e, em 1910, seguiu para a Alemanha em estágio de aperfeiçoamento. Entre outubro deste ano e setembro de 1912, serviu como segundo-tenente no 4º Regimento de Infantaria da Turíngia, em Torgau.

De volta ao Brasil, empenhou-se na campanha pela remodelação do Exército, empreendida por oficiais jovens que se haviam aperfeiçoado no exterior. Conhecidos como “jovens turcos” em alusão ao papel desempenhado por jovens militares na revolução modernizadora na Turquia, o grupo fundou no Rio, em 1913, a revista *Defesa Nacional*, mesmo nome do órgão propagador da renovação militar do império turco.

Promovido a primeiro-tenente em abril de 1913, serviu até 1914 como instrutor no 52º Batalhão de Caçadores, no Rio, aplicando conhecimentos adquiridos em seu estágio na Alemanha. Em novembro de 1914, com a posse do governo de Venceslau Brás, foi nomeado oficial-de-gabinete do novo ministro da Guerra, o marechal José Caetano de Faria.

Durante a gestão deste, introduziram-se no Exército várias das modificações que vinham sendo propostas pelo grupo de *Defesa Nacional*, como o serviço militar obrigatório, a organização do Exército em divisões e a reorganização dos tiros-de-guerra. Leitão de Carvalho deixou o gabinete do ministro em outubro de 1918, pouco antes do fim do governo, sendo nomeado em seguida adido militar no Chile, onde permaneceu até 1921, tendo sido promovido a capitão em janeiro de 1919.

De volta ao Brasil, em março de 1921 fez o curso de revisão de estado-maior sob a direção de oficiais da missão militar francesa que, sob o comando do general Maurice Gustave Gamelin, remodelou o Exército brasileiro. Concluído o curso em janeiro de 1922, tornou-se professor adjunto de tática de infantaria passando a colaborar diretamente com os mestres franceses. Entre 1921 e 1922, também escreveu sobre assuntos militares para *O Jornal* do Rio de Janeiro.

Promovido a major em fevereiro de 1923, no mês seguinte integrou a comissão militar que acompanhou a delegação brasileira à V Conferência Pan-Americana, realizada em Santiago do Chile. Em setembro de 1923, participou como técnico militar da IV Assembleia da Liga das Nações, em Genebra, e chefiou a delegação brasileira à II Conferência das Comunicações e Trânsito da Liga das Nações, realizada em novembro ainda em Genebra. Entre 1924 e 1926, representou o Brasil na Comissão Militar Consultiva da Liga das Nações e participou da Conferência para a Regulamentação do Comércio de Armas, Munições e Materiais de Guerra, realizada em junho de 1925. Sempre em Genebra, foi o representante militar do Brasil na comissão preparatória da Conferência de Desarmamento realizada em 1926.

De volta ao Brasil, foi classificado no 8º Regimento de Infantaria, sediado em Passo Fundo (RS), a partir de dezembro de 1926. Promovido a tenente-coronel em agosto de 1928, no mês seguinte assumiu interinamente o posto de comandante do regimento, no qual foi efetivado em setembro de 1929. No início de agosto de 1930, foi procurado por Virgílio de Melo Franco, emissário das lideranças do movimento revolucionário que se vinha preparando no país. Levando em conta a importância estratégica da guarnição de Passo Fundo, próxima à divisa com Santa Catarina, e a ligação pessoal que existia entre o tenente-coronel Leitão de Carvalho e o pai do emissário, o embaixador Afrânio de Melo Franco, junto a quem o militar trabalhara na Liga das Nações, Virgílio propôs-lhe que se unisse ao movimento revolucionário. Leitão de Carvalho recusou.

Promovido a coronel no dia 11 de setembro de 1930, por merecimento, dias depois foi novamente procurado por Virgílio de Melo Franco, que desta vez vinha credenciado diretamente por Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul e chefe da revolução em preparo. Leitão de Carvalho tornou a recusar-se a aderir à revolução, e não concordou sequer em comprometer-se a se conservar neutro diante dos acontecimentos. Ainda assim, no dia 30 de setembro, Virgílio endereçou-lhe uma carta em que anunciava a iminência da eclosão do movimento e o convidava a assumir a chefia do estado-maior das forças revolucionárias, ao que Leitão de Carvalho respondeu com nova recusa. Não só deixou de participar do movimento como ainda resistiu, à frente de seu regimento, aos ataques das forças revolucionárias. Sobre estes episódios, publicou em 1933 *Na Revolução de 30: a atitude do 8º RI, da guarnição em Passo Fundo*.

Em 1931, foi chefe de gabinete do Estado-Maior do Exército, chefiado pelo general Augusto Tasso Fragoso. Após ter sido técnico militar da delegação brasileira à Conferência para a Limitação e Redução de Armamentos, realizada em Genebra em julho de 1932, retornou ao Brasil, tendo sido preso e reformado em outubro do mesmo ano, acusado de ligações com o movimento constitucionalista de 1932.

Reformado, trabalhou como superintendente de uma cooperativa de crédito no Rio de Janeiro até ser anistiado por decreto de 29 de maio de 1934, reingressando no Exército em julho. Em outubro do mesmo ano, assumiu o comando da Escola de Estado-Maior do Exército, posto em que permaneceu até dezembro de 1935.

Entretanto, de junho a novembro desse ano desempenhou novas funções no exterior, chefiando a delegação brasileira da Comissão Militar Neutra do Chaco, composta por representantes do Brasil, Argentina, Chile, Estados Unidos, Peru e Uruguai. A comissão foi incumbida da parte militar do protocolo que encerrou a guerra travada entre Bolívia e

Paraguai (1932-1935) pela posse da parte norte da região do Chaco. A Guerra do Chaco, na qual perderam a vida cerca de cem mil homens, acabou com a vitória militar do Paraguai, ao qual os termos do tratado de paz asseguraram o domínio da maior parte da zona em litígio.

Promovido a general-de-brigada no dia 28 de novembro de 1935, logo após a Revolta Comunista de 1935, participou no dia 3 de dezembro de uma reunião de generais convocada para discutir as medidas de punição aos revoltosos. Desse encontro resultou a decisão de solicitar ao presidente da República, além da aplicação das penalidades previstas em lei, a expulsão do Exército dos envolvidos.

Nomeado em 1936 comandante da 1ª Brigada de Infantaria, sediada em Curitiba, em julho de 1937 deixou este comando para assumir o posto de primeiro-subchefe do Estado-Maior do Exército, chefiado pelo general Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

Em abril de 1939, assumiu o comando da 3ª Região Militar, sediada em Porto Alegre, tendo sido promovido a general-de-divisão em maio de 1940.

#### NA COMISSÃO DE DEFESA BRASIL-EUA

A partir de 1941, diante do crescente envolvimento dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, o Brasil passou a se aproximar militarmente daquele país a fim de colaborar, caso necessário, na defesa do continente. Ao contrário de um setor das forças armadas simpático ao Eixo, Leitão de Carvalho era decididamente favorável ao estreitamento da cooperação com os EUA.

Desse modo, coube-lhe um importante papel na intensificação das relações militares com os norte-americanos a partir do início de 1942. Em março, deixou a 3ª RM e assumiu o posto de inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares e comandante do Teatro de Operações do Leste e Nordeste, abrangendo todas as forças militares estacionadas entre a Bahia e o Pará, com a missão de colocar a região em “estado de defesa”.

Em maio, Brasil e EUA assinaram acordo estabelecendo as normas e condições que deviam regular a colaboração entre os dois países, resultando do pacto a formação de duas comissões mistas, uma com sede no Brasil e outra em Washington. Coube ao general Leitão de Carvalho a chefia da delegação brasileira à comissão de Washington, integrada ainda pelo almirante Álvaro Rodrigues Vasconcelos, representando a Marinha, e pelo coronel Vasco Alves Seco, da Aeronáutica.

A comissão iniciou seus trabalhos em agosto de 1942. Vencida a resistência oposta à colaboração com os norte-americanos pelo chefe do EME, general Góis Monteiro, a comissão passou a debater planos elaborados tendo em vista a possibilidade de ataque ao território por forças extracontinentais. No dia 22 de agosto, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo.

Como resultado dos trabalhos da comissão, o governo brasileiro concedeu inicialmente ao norte-americano diversas franquias, entre as quais a garantia de ordem e segurança para suas forças militares em trânsito ou em operações no território brasileiro. Facultava ainda aos EUA a utilização de instalações navais e aéreas em certos pontos do país, bem como a construção de depósitos para material e alojamentos para o pessoal.

Por sua vez, o governo do Brasil assumia o compromisso de defender sua costa e mobilizar suas unidades militares, dando preferência às zonas estratégicas no Norte, Nordeste e Rio de Janeiro. Segundo diversas recomendações aprovadas pela comissão, cabia aos EUA fornecer material bélico e adestramento para as forças armadas brasileiras. Entre as diversas propostas aceitas, figuravam ainda a remessa de aviões de bombardeio norte-americanos para o Brasil e as normas para a regularização das compras de material bélico pelo governo brasileiro. As recomendações foram encaminhadas ao ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, e receberam a aprovação do presidente da República em 17 de dezembro de 1942.

Mais tarde, Estêvão Leitão de Carvalho, em seu livro *A serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial* (1952), publicou carta que enviara ao ministro da Guerra em janeiro de 1944 sobre as negociações da comissão mista, afirmando: “enquanto as autoridades militares americanas se enquadraram... na concepção... de que o fornecimento de material bélico... deveria ser condicionado... à ação conjunta na guerra atual, o ponto de vista brasileiro... tem sido de que o Brasil deveria receber todo o material de que necessita para o seu Exército, a sua Marinha, a sua Aeronáutica, a sua indústria bélica e seu sistema de comunicação, isto é, deveria aproveitar a oportunidade para se transformar numa potência fortemente aparelhada para a guerra.”

A frente da comissão, Leitão de Carvalho teve ainda destacado papel na defesa da participação brasileira no teatro de operações militares fora do continente. Em março de 1943, o presidente Vargas concordou com essa possibilidade de cooperação, e em agosto foi criada a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, mais tarde denominada Força Expedicionária Brasileira (FEB). O general Leitão de Carvalho candidatou-se ao comando do corpo expedicionário, mas foi preterido e permaneceu na chefia da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, acumulando esse cargo com o de delegado do Exército brasileiro à Junta Interamericana de Defesa, órgão criado no Rio de Janeiro em 1942.

Em 26 de março de 1945, foi promovido a general-de-exército, e dois dias depois foi reformado a pedido no posto de marechal. Em seguida, foi delegado do Brasil na Conferência das Nações Unidas realizada em São Francisco, nos EUA, entre 20 de abril e 26 de junho de 1945.

#### A QUESTÃO DO PETRÓLEO

**T**eve ativa participação na política nacional do petróleo entre 1948 e 1951. Juntamente com outros militares, como os generais José Pessoa e Júlio Caetano Horta Barbosa, e políticos, como Artur Bernardes, fundou o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), tendo sido presidente de honra da entidade de 1948 a 1950. O centro reunia militares, homens públicos, intelectuais e estudantes, exercendo importante papel na mobilização da opinião pública em torno da questão do petróleo.

Durante os debates sobre o anteprojeto do Estatuto do Petróleo, apresentado pelo governo do presidente Eurico Dutra, Leitão de Carvalho assumiu uma posição de defesa do monopólio estatal do produto, criticando o anteprojeto por possibilitar a participação do capital estrangeiro na exploração petrolífera.

De 1949 a 1950, foi vice-presidente do Clube Militar na diretoria presidida pelo general Salvador César Obino. Na época, a *Revista do Clube Militar* publicou diversos artigos criticando o Estatuto do Petróleo e a política em relação aos investimentos estrangeiros no Brasil. Em março de 1950, a revista publicou os pareceres de Leitão de Carvalho e dos generais Horta Barbosa e Raimundo Sampaio, membros do CEDPEN, contrários ao projeto de lei sobre investimentos estrangeiros elaborado pelo Conselho Federal de Comércio Exterior. Ainda em 1950, apareceu na revista uma conferência de Leitão de Carvalho, advogando o monopólio estatal do petróleo.

Em 1951, após deixar a vice-presidência do Clube Militar, o marechal Leitão de Carvalho tomou a defesa dos oficiais membros da diretoria do clube que haviam sido transferidos por se terem pronunciado contra a intervenção norte-americana na Coreia e o envio de tropas brasileiras para aquele país.

Estevão Leitão de Carvalho foi ainda sócio benemérito do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, da Sociedade Brasileira de Geografia e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Foi presidente da comissão diretora da revista trimestral do IHGB durante 15 anos.

Faleceu no Rio de Janeiro em 29 de novembro de 1970. Foi casado com Laura Costa Leitão de Carvalho.

Publicou diversas obras sobre assuntos militares e sobre temas políticos e econômicos com os quais esteve pessoalmente envolvido: *Notas sobre a infantaria alemã* (1913), *Guia para o ensino da avaliação de distâncias à simples vista* (1914), *A conferência do desarmamento* (1936), *Petróleo: salvação ou desgraça do Brasil?* (1950), *A paz do Chaco, como foi efetuada no campo de batalha* (1956) e *Dever militar e política partidária* (1959). Além das obras já citadas e de discursos e conferências, publicou suas memórias: *Memórias de um soldado legalista* (6v., 1961-1964) e *Memórias de um general reformado* (1967).

Jorge Miguel Mayer

FONTES: CARVALHO, E. *Petróleo*; COHN, G. *Petróleo*; COUTINHO, A. *Brasil*; FRANCO, A. *Estadista*; *Grande encic. Delta*; GUIMARÃES, A. *Dic.*; INST. NAC. LIVRO. *Índice*; LAGO, L. *Relação*; LIMA, M. *Petróleo*; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1942; SILVA, H. 1944; SODRÉ, N. *História militar*; SODRÉ, N. *Memórias*; *Veja* (12/70); WANDERLEY, N. *História*.



O mais importante portal especializado em Defesa,  
Estratégia e Inteligência da América Latina.

**DN EXTRA - 20/19 - 07 Outubro 2019**

**Nota Conjunta de Associações  
sobre Ameaça à  
Base Industrial de Defesa  
SIMDE - ANIAM - ABRABLIN - APCE**



**Nota Conjunta das Entidades  
SIMDE - ANIAM - ABRABLIN – APCE**

**IMPORTAÇÃO SEM ISONOMIA FISCAL E REGULATÓRIA NA ÁREA DE DE-  
FESA E SEGURANÇA AMEAÇA EMPREGOS E SOBERANIA**

**A** BID – Base Industrial de Defesa e Segurança do Brasil gera 60 mil empregos diretos, 240 mil empregos indiretos e é responsável por 3,7% do PIB nacional. No entanto, diante de uma série de acontecimentos recentes, entendemos que essa Base está sob ameaça o que pode colocar em riscos uma indústria geradora de empregos altamente qualificados, que gera altos valores em tributos e que promove o desenvolvimento tecnológico, pesquisa e inovação em nosso País.

A Indústria de Defesa de qualquer País tem seu sucesso estruturado em três pilares básicos, a saber; investimento estatal em desenvolvimento e encomendas tecnológicas, aquisições de produtos de Defesa pelas Forças Armadas e órgãos de Segurança Pública e, sobretudo, de Exportações. Neste sentido, a Estratégia Nacional de Defesa objetiva institucionalizar em nosso país uma Política de Estado que favoreça a consolidação da Base Industrial de Defesa Nacional, com vistas a garantia da Soberania e projeção de Poder regional.

A excepcionalidade das regras da Organização Mundial de Comércio – OMC, quanto à adoção pelos Estados Nacionais de Políticas que favoreçam e protejam o desenvolvimento de sua Base Industrial de Defesa, corrobora as decisões dos países de que a Indústria de Defesa deve ser considerada de alto valor estratégico e, em razão disso, protegida e incentivada.

Decisões em Políticas Públicas que favoreçam importações generalizadas, sem a correspondente contrapartida de aquisições de produtos brasileiros por terceiros países ou, que em encomendas tecnológicas não garantam transferência de tecnologias, podem se constituir em avassaladora ameaça para a sobrevivência da BID, com consequências negativas para a economia e para garantia da Soberania. Cabe aqui frisar também o problema da falta de isonomia fiscal e regulatória: os importados são isentos de tributos contra uma pesada carga tributária do produto nacional; a homologação dos produtos estrangeiros importados em território nacional tem sido flexibilizada, com a não observância das mesmas regras exigidas das empresas brasileiras.

A Base Industrial de Defesa e Segurança entende que as indústrias estrangeiras são bem-vindas para produzir, gerar empregos e concorrer em pé de igualdade com as que já estão estabelecidas no país,

de forma a proporcionar maior competitividade tanto econômica quanto de qualidade. No entanto, abrir o mercado com regras desiguais é condenar o Brasil à desindustrialização e ao colonialismo tecnológico.

**SIMDE – Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa**

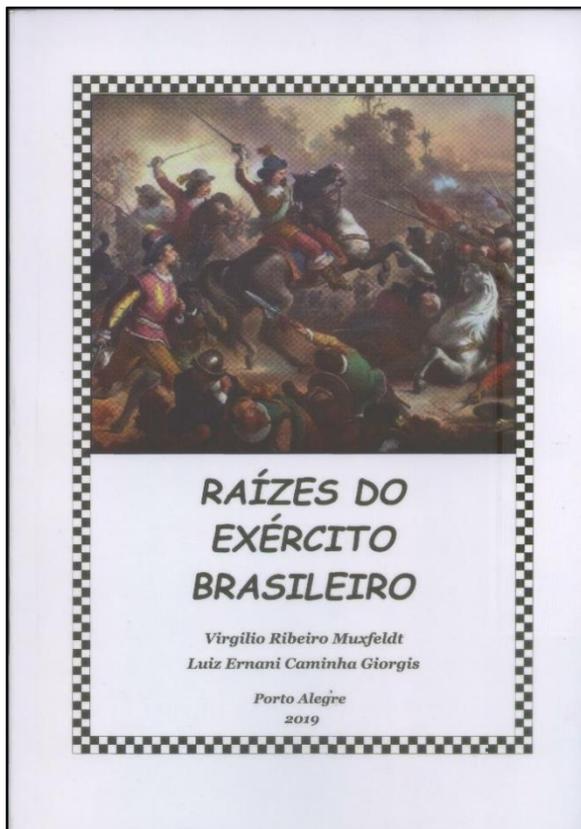
**ANIAM – Associação Nacional das Indústrias de Armas e Munições**

**ABRABLIN – Associação Brasileira de Blindagem**

**APCE – Associação Brasileira de Produtos Controlados**

Texto com comentários de DefesaNet pode ser acessado em:

<http://www.defesanet.com.br/bid/noticia/34447/BID---Nota-Conjunta-de-Associacoes-sobre-Ameaca-a-Base-Industrial-de-Defesa/>



### Lançamento do livro **Raízes do Exército Brasileiro**

**E**m 17 Out próximo, a partir das 1530 horas, no Museu Militar do CMS, à Rua dos Andradas, 630, Centro Histórico de Porto Alegre, será lançada a obra da capa ao lado, autoria do Gen Virgílio Ribeiro Muxfeldt e do Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis. Trabalho baseado em duas obras anteriores, abrange o período colonial, de 1500 a 1822. Texto das abas do Dr. Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, Desembargador Federal do TRF 4. Os períodos Imperial e Republicano estão em elaboração. De cada dois exemplares vendidos, cada um por 40 reais, será possível mandar fazer mais cinco, com imagens em preto e branco, que serão encaminhados por doação aos cadetes da AMAN. Prestigie e contribua para a formação do nosso oficial.

#### Editor:

**Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com)**

**Sites: [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) e [www.acadhistoria.com.br](http://www.acadhistoria.com.br)**

**Site do NEE/CMS: [www.nee.cms.eb.mil.br](http://www.nee.cms.eb.mil.br)**

**Site do Núcleo Militar de Gramado: [www.nuclev.com](http://www.nuclev.com)**

**Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE – Delegacia Heróis de Guararapes:**

**"<http://historiapatriota.blogspot.com/>".**